



NOTÍCIA DOS HOLANDESES APÓS A RENDIÇÃO

MARCOS ANTONIO FILGUEIRA
MARIA GORETTI M. FILGUEIRA

Coleção Mossoroense
Série B
Número 638
1989

MARCOS ANTONIO FILGUEIRA
MARIA GORETTI MEDEIROS FILGUEIRA

BREVE NOTÍCIA DOS HOLANDESES APÓS A RENDIÇÃO

MOSSORÓ-RN
COLEÇÃO MOSSOROENSE
SÉRIE B
NÚMERO 638
1989

A SECRETERIA DA AGRICULTURA DO RIO GRANDE DO NORTE
COLABOROU COM A EDIÇÃO DESTE TÍTULO

HOMENAGEM ESPECIAL A LUIZ FERNANDO PEREIRA DE MELO E
FRANCO JAZIELO

Nilo Pereira tem sido um amigo permanente do trabalho cultural de Mossoró, desde 1960. A este grande do País de Ceará-Mirim, brasileiro eminentíssimo, a Fundação Guimarães Duque e a Escola Superior de Agricultura de Mossoró, saúdam afetosamente nos seus jovens 80 anos.

APRESENTAÇÃO

Procuramos, neste pequeno ensaio, a partir, principalmente de algumas cartas publicadas pela Biblioteca Nacional, na série Documentos Históricos, sob a direção de Rodolfo Garcia, trazer à luz alguns aspectos da relação entre os holandeses e o Nordeste, após a rendição de 1654 na campina do Taborda.

O contrabando de pau-brasil de Cunhau e a possível influência de remanescentes holandeses na guerra dos bárbaros, dizem respeito à então Capitania do Rio Grande do Norte, mas também à todo o Nordeste.

Transparece em tudo o jogo de marionetes cujos cordões são movimentados na distante Europa, com repercussões na colônia e cuja motivação principal foi sempre o interesse econômico.

BREVE NOTÍCIA DOS HOLANDESES APÓS A RENDIÇÃO

Pode-se, analisando a conjuntura econômica da Europa no século XVII, compreender que o domínio holandês no Nordeste do Brasil foi apenas um episódio da luta pelo controle do comércio do açúcar, que se desenrolava no velho continente. Arrola-se, também, motivos de ordem política para as ações da Companhia das Índias Ocidentais no litoral brasileiro: tais as dissensões existentes entre Holanda e Espanha.

Em nenhum instante foi pacífica essa dominação no Brasil. Na Bahia pouco tempo durou. Em Pernambuco, porém, aprendidas as lições da tentativa anterior, permaneceram por mais tempo, sem sossego, contudo. Contaram, é bem verdade, uma vez estabelecidos, com uma espécie de acomodação tácita da parte de alguns luso-brasileiros, funcionando como traço de união o açúcar. Os engenhos, que inicialmente haviam sido confiscados, foram depois igualmente negociados entre holandeses e portugueses. A sua restauração foi financiada e os dominadores tornaram-se credores de vários dos ricos dominados, como bem se exemplifica com o caso do opulento senhor de engenho, João Fernandes Vieira.

Toda a épica luta de libertação que imortalizou André Vidal de Negreiros, João Fernandes Vieira, Luis Barbalho e outros, não teria ocorrido tão cedo, caso os holandeses não tivessem pressionado seus devedores, assim duramente como o fizeram. Somente após esse fato, houve efetiva revolta contra os invasores. Idêntica opinião expressavam os batavos, como se pode notar por uma carta de João Fernandes Vieira, citada por Sodré (14):

Direi apenas que com a evacuação das Capitâneas de Paraíba e Goiana, as nossas fileiras foram consideravelmente engrossadas, e assim, o povo prefere antes perder os seus haveres que suportar por mais tempo as ignomínias que pesam sobre ele e que constituíram a verdadeira causa de sua insurreição e não (como se faz crer entre os holandeses) porque não puderam satisfazer os seus credores...

Se não se pode prescindir, nessa análise, de considerações a respeito de fatores econômico-financeiros, vejamo-los, contudo, apenas como motor inicial, acordando o

sentimento de liberdade que jazia em efervescência no seio das três raças que haviam de participar na luta.

Consolidada a vitória luso-brasileira, reagem os batavos ameaçando bloquear o Tejo com uma frota de vinte e cinco a trinta navios fornecidos por Amsterdam e Zelândia. A péssima situação financeira da Companhia impediu a concretização desse desiderato. Além disso, raciocinaram os estrategistas holandeses ser mais importante envidar esforços na manutenção do comércio com o Báltico, e com os portugueses tentar a via do acordo. Esperar-se-á, porém, até 1661 para que um tratado seja firmado entre as duas nações. Neste, comprometia-se Portugal a pagar indenização de quatro milhões de cruzados pela tomada do Brasil holandês, e também restituir toda a artilharia apreendidas pertencente as armadas holandesas. Em contrapartida, a Holanda deveria restituir as fortificações na costa do Malabar, grande produtora de pimentas.

À Bahia cabia arcar com 80.000 cruzados, como se lê no “*Regimento para se usar lançamento do donativo do dote da Senhora Rainha da Gram Bretanha e paz de Holanda*”:

...Portanto para melhor se dispor a cobrança dos 80.000 cruzados que tocavam a essa Capitania, e suas annexas, do donativo que este Estado ofereceu para o dote da Serenissima Rainha da Gram Bretanha, e paz de Holanda, e ser mais pronta a execução do meio que se elegeu para isso (que é fazer-se inventário universal) dos rendimentos de que vivem os moradores desta Capitania da Bahia e suas annexas; avaliando o serviço de todos os escravos que nellas há de doze annos para cima e dez mil reis por anno, e reduzindo a este respeito o que poderão render todos os gados, tractos, meneios, salários, officios públicos, juros e casas, por ser o que pareceu mais equivalente e suave) convera se encarregue este negócio, a pessoa a cuja inteligência, zelo e talento se possa fiar o bom efeito delle, tendo em consideração ao bem que estas qualidades concorrerem na do Capitão Antonio Lopes de Ulhoa, Provedor-mor da Fazenda Real desse Estado, Sargento-maior Baltazar dos Reis Barrenho, Vereador mais velho da Camara desta cidade, Sargento-maior Ruy de Carvalho Pinheiro, Escrivão da mesma Camara, e João Peixoto Viegas...(3).

De pouco efeito, porém, foi esse acordo, já que ambas as partes contratantes o descumpriram amiúde e mutuamente se acusavam. Que Portugal tentava levar a termo o acordo pode-se verificar por várias cartas onde se tratava da taxa das pazes de Holanda. Numa de 1663 Sua Majestade recomendava:

...assim o dinheiro que si houver procedido do dito cunho como do Dote da Rainha da Gram-Bretanha, minha irmã, e pazes de Holanda se não divirta nem dispenda por nenhum caso por apertado e preciso que seja...

Como consequência dos descaminhos do acordo, voltariam os Estados Gerais, em 1667, a ameaçar o reinício das hostilidades com Portugal. Aliás, desde a rendição na Campina do Taborda, não deve ter havido solução de continuidade nas ações clandestinas hostis perpetradas pelos flamengos, principalmente no contrabando de pau-brasil como se pode verificar através de correspondência dirigida em 1657 por Sua Majestade, para o governador Francisco Barreto de Menezes:

Conde Governador amigo Eu El-Rei vos envio muito saudar. Por avisos que vieram de Holanda, fui informado que nos portos de Pernambuco e particularmente do Rio Cunhau, sujeito à Capitania da Paraíba, se admitiram navios holandeses e que já eram chegados a Abstradão dois carregados de Pau-Brasil, que ou moradores daquelas partes ou índios rebeldes lhos venderam e que em Holanda se armavam mais navios para continuarem o mesmo contrato (2)

Era de desconfiar de ajuda interna. Assim, Sua Majestade mais enfatizava, adiante na carta, a possibilidade de que vassallos seus estivessem envolvidos em toda essa empreitada:

E porque este negócio pode ser feito com inteligência de alguns vassallos meus ou com a terem os holandeses com os índios que não são sujeitos, ordenarei que se tire devassa, e antes dela tirada por informações que cometereis a Ministros de satisfação, mandarei prender todos os culpados ainda que seja o Governador da praça...

A apreciada *Cesalpinia echinata*, Lam. por ocasião do descobrimento, era abundante na região litorânea e se distribuía mormente entre o Cabo São Roque e o Cabo Frio, mas entre o Cabo de Santo Agostinho e o Rio Real (lat. 12°) era onde se encontrava a melhor, como afirmava Roberto C. Simonsen (13). Fora desta faixa rareava o histórico pau, existindo, contudo.

A exploração predatória de madeira tintorial ocorreu sempre e não obstante ser preocupante à corte portuguesa, não é esse o problema maior que perpassa nos trechos acima transcritos. A nós parece de maior importância o contato continuado dos alienígenas batavos recém expulsos, com os da terra.

Francisco Barreto de Menezes, governador de Pernambuco, herói da luta contra os holandeses, tomou providências no sentido de apurar a verdade desses boatos que de Holanda chegavam à Portugal, e que se afiguravam *de grandíssima consideração*. A resposta foi com data de 28 de setembro de 1658 e afirmava:

Se a matéria fora como informaram a Vossa Majestade, não há dúvida que por ser de tanta consideração pedia todos esses remédios. Mas pelas notícias que tenho daquellas Capitanias, posso afirmar a Vossa Majestade, que mais veio o inimigo buscar aquele pau pelo haver deixado nas praias desertas de um sertão que ainda hoje não está povoado, do que por achar moradores com que pudessem contactar.(4).

Apurava informações, Francisco Barreto, de um confronto havido entre alguns soldados, que se dirigiam para guarnecer a fortaleza do Rio Grande (Forte dos Reis Magos) e holandeses que se achavam no mister de contrabandear o referido pau-brasil, em local ermo e não habitado. Foram mortos alguns holandeses e apreendidas embarcações pequenas aonde conduziam o produto da pilhagem.

Apesar das informações prestadas pelo Governador, não se pode descartar a possibilidade de colaboração de gente da terra, se não nesse, então em outros sucessos semelhantes. Sempre foi estratégia importante praticada por franceses e holandeses, o contato íntimo com os nativos, quando de suas incursões no nosso território. Os batavos utilizavam largamente esse estratagem, como exemplificam as ações de Jaco Raab, junto aos Tapuias. Proclamavam desde antes da invasão, como ação propagandística, a total isenção de sujeição dos indígenas e com isso acenavam, segundo J. Antonio Gonçalves de Mello (10) aos brasilienses e aos Tapuias. Gaspar Paraupaba, André

Francisco, Pieter Poty, Antonio Guiravassanay, Antonio e Luis Gaspar, são exemplos de índios que se afeiçoaram aos holandeses e estiveram inclusive na Holanda.

Essa ligação tão próxima dos holandeses com os aborígenes, pode ter influenciado, mais tarde, a Guerra dos Bárbaros, cruenta luta que se feriu a partir do Rio Grande do Norte, travada entre os colonizadores portugueses e os gentios da região. Tarcísio Medeiros (11) assim explica a duração dessa guerra:

Além dessas causas estudadas, justifica a persistência por mais de 20 anos, em períodos intercalados, o apoio encontrado por aquele Antonio Paraupaba, Regedor-mor dos Cariris que empreendeu viagem para a Holanda, encorajado pelos flamengos que ficaram com os tapuias, para solicitar meios de restauração do domínio batavo no Rio Grande. Navios corsários, que aportavam no delta do Assu e na embocadura do Jaguaribe, trouxeram armas e munições, alentando a revolta.

A questão do pau-brasil de Cunhau e a infiltração entre os indígenas denunciavam, com clareza, as intenções holandesas: mantêm na colônia, gente de sua consideração (holandeses e índios) e visitam constantemente suas costas, com a idéia de em momento oportuno, retomarem o Nordeste, se a isso se inclinarem os objetivos da Companhia.

Com efeito, no intervalo que medeia entre a rendição holandesa e a Guerra dos Bárbaros, pairou sobre o Nordeste ameaça de nova invasão. São vários os documentos que atestam essa realidade. Em 1667, por exemplo, Alexandre de Souza Freire, Governador do Brasil, enviou carta a todos os Capitães-mores de todas as Capitânicas do Norte, desde Sergipe Del Rei até o Ceará, cujo teor demonstra o perigo que supunha rondar nossa costa:

Por um aviso que tive de Sua Magestade, Deus o guarde, se deve temer ser este Estado invadido brevissimamente de uma Armada Hollandeza por cuja causa se deve estar com todas as praças delle com prevenção que é justo. Vossa Mercê no mesmo ponto que receber esta faça todas as que deve a confiança que Sua Magestade fez de sua pessoa, para lhe encarregar, essa Capitania, e eu faço de todos seus moradores para ajudarem a Vossa Mercê a defendê-la, valendo-se Vossas Mercês de todos os meios que para isso forem convenientes alistando toda a gente

da terra, e usando do que for melhor, como soldado que sempre ahi souberam ser, e tão costumados a vencer os Hollandezes...(5)

Embora, segundo Boxer (1), se tratasse apenas de uma farsa, tanto levaram a sério os portugueses a ameaça de volta dos flamengos, que dentre outras providências ordenaram o recrutamento e convocação de oficiais, dentre eles alguns que já haviam denodadamente se batido contra o mesmo inimigo.

Na patente do posto de Capitão de Infantaria da Ordenança da Bahia, que foi provido na pessoa de Baltazar Rodrigues Minhoto se diz:

Porquanto pela notícia que tive de Sua Magestade que Deus guarde, pode cada instante apparecer a armada Hollandeza que passa a este Estado e é possível será a esta praça, e convem ao serviço de Sua Magestade fazer todas as prevenções necessárias...(8).

Entre outras patentes foram emitidas as seguintes, com o mesmo objetivo:

1. Antonio Velho Gondim, no posto de Alferes da companhia dos homens de negócio.
2. Francisco de Aguiar, no posto de Capitão de infantaria da Ordenança da Praia.
3. Antonio de Miranda Catella, no posto de Ajudante de tenente de Mestre de Campo General.

Foram preparativos contra uma reinvasão que jamais chegou a ocorrer, mas que preocupou seriamente a corte portuguesa.

O contato dos holandeses com o litoral brasileiro, que vem desde 1599 quando Olivier Van Noort em circunavegação atingiu o Rio de Janeiro (12), ainda se prolonga por vários anos. Há uma carta de 1678, enviada pelo vice-rei e governador do Brasil Roque da Costa Barreto para Lazaro de Freitas Bulhões, provedor da Fazenda do Rio Grande, noticiando o naufrágio de uma nau holandesa, na costa norteriograndense.

Nas providências tomadas pelos portugueses, fica patente o receio de que algo de errado pudesse advir do acontecido. Cercava-se, Roque da Costa, de cuidados extremados na solução do problema. Eis um trecho de sua missiva:

Um dia destes recebi uma carta do Capitão-mor Francisco Pereira Guimarães (que Deus tenha na glória) escripta em 15 de outubro do anno passado, dando-me conta do naufrágio que nessa barra padecera um navio Holandez que vinha para a India, e das dúvidas que havia entre Vossa Mercê, e o provedor dos defuntos e ausentes sobre a arrecadação da fazenda que se salvara do dito navio.(7)

Seguem-se, além de severa reprimenda a Lázaro de Freitas, por não ter noticiado a mais tempo o acontecido, uma série de instruções a respeito, que podemos resumir como segue;

1. Fazer um auto do naufrágio procurando testemunhas do que se encontrou no barco.
2. Fazer vistoria do dito navio na presença dos oficiais do mesmo em que se declara os danos encontrados no navio e quais as suas origens *se foi casual, ou affetado ou se estar capaz ou incapaz de se refazer.*
3. Inventariar tudo que do navio se tirou *não só com o escrivão Dante si, mas com um tabellião mais...*
4. *E porque em todas as naus que de Holanda vão para a India não falta cofre de patacas, deixarão comprar com elas aos Holandeses em terra tudo o que lhe for necessário para seu sustento com toda a lisura, e bom officio da hospitalidade...*

Não convinha a Portugal qualquer desentendimento mais sério com os flamengos por essas bandas da América. Daí a preocupação com a hospitalidade, a minudência no relato do naufrágio, o cuidado de tudo ter devidamente testemunhado. Bastavam os aborrecimentos anteriores na Bahia e Pernambuco, eram já suficientes os problemas presentes com a Companhia, nas rotas comerciais africanas.

Naquele continente, testemunham as correspondências trocadas entre Sua Majestade e o vice-rei Vasco Fernandes Cesar de Meneses, já no primeiro quartel do século XVIII, o precário relacionamento que ainda perdurava entre as duas nações outrora amigas, em torno de questões comerciais envolvendo a Costa da Mina. Ocorriam apresamentos de navios de parte a parte e denunciavam os portugueses, ao

Conselho Ultramarino, os prejuízos decorrentes das ações holandesas naquela região, com consequência *...a todas as terras das capitânicas do Estado do Brasil, pela falta da extração dos negros, porque não terão os escravos para a cultura dos seus frutos e mui especialmente assim para o serviço das Minas Gerais...*(9)

Agora são outros os palcos. As ações diretas no nosso território, iniciadas com o ataque a Bahia esmaecem, mercê das modificações no domínio econômico europeu.

Aos poucos o Brasil passa a confirmar-se como a mais importante colônia portuguesa e a reestruturação da política colonial, iniciada em 1642, com a criação do Conselho Ultramarino, haverá de conduzir aos primeiros atritos entre a classe dominante colonial e o Estado português, conduzindo-nos a outra fase histórica.

BIBLIOGRAFIA CITADA

1. BOXER, C.R. Os Holandeses no Brasil – 1624 – 1654. Série Brasileira. Vol. 312. Cia. ;Ed. Nacional, S. P. 1961.
2. Códice I – 4,3,5,6 Biblioteca Nacional.
3. Documentos Históricos. Biblioteca Nacional vol. IV pg. 125.
4. Documentos Históricos. Biblioteca Nacional vol. IV pg. 363.
5. Documentos Históricos. Biblioteca Nacional vol. IX pg. 284.
6. Documentos Históricos. Biblioteca Nacional vol. IX pg. 293
7. Documentos Históricos. Biblioteca Nacional vol. X pg. 191.
8. Documentos Históricos. Biblioteca Nacional vol. XXXI pg. 393.
9. Documentos Históricos. Biblioteca Nacional vol. XC pg. 112.

10.GONÇALVES DE MELO, J.A. Tempo dos Flamengos. 2ª Ed. BNB/Gov. do Est. de Pernambuco, Recife, 1979.

11.MEDEIROS, Tarcisio. Aspectos Geopolíticos e Antropológicos da História do Rio Grande do Norte. Imprensa Universitária, Natal, 1973.

12.RODRIGUES, J.A..A geografia e a cartografia dos Holandeses no século XVII. In: Anais do Terceiro Congresso de História Nacional. Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1942.

13.SIMONSEN, Roberto C. História Econômica do Brasil (1500/1820). Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1978.

14.SODRÉ, N.W. Formação Histórica do Brasil. Editora Bertrand Brasil S.A. 12ª edição, 1987.